

# A formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras

SUED LIMA

## Resumo

O sistema de formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras tem permanecido quase imune às transformações democráticas da sociedade desde o término do longo período ditatorial. O presente artigo analisa essa questão, especulando sobre a manutenção da perspectiva antidemocrática que marcou o ensino militar nas últimas décadas e os movimentos da cúpula militar para que ele não seja alterado.

**Palavras-chave:** Forças Armadas Brasileiras; Ensino Militar; Democracia.



## The formation of Brazilian Armed Forces' officials

### Abstract

The system of Brazilian Armed Forces' officials formation has resisted the democratic changes of society since the end of the long dictatorial period. The present article analyzes this issue, speculating that maintenance of the antidemocratic perspective that characterized the military education in the last decades, and military leadership actions have prevented any changes.

**Keywords:** Armed Forces; Military Education; Democracy; Brazil.

---

### SUED LIMA

Coronel-Aviador Reformado e pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo será desenvolvido em base parcialmente empírica, fruto da vivência do autor como oficial aviador da Força Aérea Brasileira<sup>1</sup> durante trinta e cinco anos de serviço ativo. Pretende-se cotejar o sistema de formação de oficiais ao longo da primeira metade do século XX com o que foi montado durante o regime militar e sua visão conservadora do processo político brasileiro. Por fim, será alvo de apreciação a forma leniente com que os governos pós-regime militar vêm tratando a questão, deixando de intervir com a necessária firmeza no sentido de estimular o incremento de uma postura democrática no quadro de oficiais das nossas Forças Armadas.

Embora se apoie fortemente na experiência do autor na Força Aérea, como ora referido, a análise é aplicável às demais forças singulares, cujos sistemas de ensino pouco diferem entre si em essência, ressalvados os conteúdos técnicos de cada quadro ou arma no âmbito dessas forças, decorrentes das atividades que vão desenvolver nas diversas fases das suas carreiras.

## **2 CURSOS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

O sistema de formação de oficiais é basicamente composto dos cursos constantes no quadro a seguir (Quadro 1), no qual se mencionam os cursos de formação e de pós-formação das Forças Armadas, com os respectivos anos de criação e duração presencial.

---

1 Filho de militar, o autor ingressou no Colégio Militar de Belo Horizonte, em regime de internato, aos 10 anos de idade. Após a conclusão do antigo curso ginásial (hoje ensino médio), foi aprovado em concurso para a Escola Preparatória de Cadetes, em Barbacena, seguindo, posteriormente, para a Academia da Força Aérea. Fez todos os cursos previstos para a carreira, inclusive o CEPEA, que habilita a promoção a oficial general.

CURSO	FORÇAS ARMADAS		
	EXÉRCITO	MARINHA	AERONÁUTICA
Preparatório (não obrigatório) Grau hierárquico: aluno	Escola Preparatória Ano de criação: 1939 Duração presencial: 1 ano	Colégio Naval Ano de criação: 1949 Duração presencial: 3 anos	Escola Preparatória Ano de criação: 1949 Duração presencial: 3 anos
Formação Grau hierárquico: cadete/aspirante	Academia Militar Ano de criação: 1913 Duração presencial: 4 anos	Escola Naval Ano de criação: 1833 Duração presencial: 4 anos	Academia da Força Aérea Ano de criação: 1941 Duração presencial: 4 anos
Aperfeiçoamento Grau hierárquico: capitão	ESAO Ano de criação: 1920 Duração presencial: 1 ano	CIAW Ano de criação: 1945 Duração presencial: 1 ano	EAOAR Ano de criação: 1953 Duração presencial: 4 meses
Estado-Maior Grau hierárquico: major/ tenente-coronel	ECEME Ano de criação: 1905 Duração presencial: 2 anos	EGN Ano de criação: 1914 Duração presencial: 1 ano	ECEMAR Ano de criação: 1946 Duração presencial: 1 ano
Política e Estratégia Grau hierárquico: coronel	CPEAEx Ano de criação: 1986 Duração presencial: 1 ano	CPEM Ano de criação: 1979 Duração presencial: 1 ano	CPEA Ano de criação: 1986 Duração presencial: 1 ano

### Quadro 1: Cursos de formação e de pós-formação das Forças Armadas

Historicamente, a origem da AMAN remonta ao ano de 1811, quando foi instituída a Academia Real Militar, em local onde funcionara a Casa do Trem da Artilharia, designação dada ao conjunto de apetrechos bélicos usados na defesa da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, somente em 1913 foi criada a Escola Militar em Realengo, um estabelecimento com configuração semelhante ao que é hoje a Academia Militar das Agulhas Negras (1944), destinado a formar oficiais das diversas armas do Exército brasileiro.

Já a Marinha considera que a fundação da sua Escola Naval se deu no ano de 1782, com a instituição da Academia Real de Guardas-Marinhas, em Lisboa, posteriormente transferida para o

Brasil junto com a família real (1808). Todavia, apenas em 1833, já no Brasil independente, é que a Academia de Marinha se desvincula da Academia Militar e passa a ter vida autônoma.

Esses dados indicam, primeiramente, que o surgimento do ensino militar no Brasil antecede à criação dos primeiros cursos civis de nível superior, evidenciando a preocupação já na independência com a boa formação e aperfeiçoamento do segmento castrense.

Exemplo irretorquível dessa visão foi a criação, em 1792, da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, célula-máter dos cursos de engenharia brasileiros, que passou a funcionar na já referida Casa do Trem. Segundo o professor e general Amarante (2010, p. 31),

[...] com um lente para cada matéria, a academia oferecia um curso de ciências exatas em seis anos, destinado à formação de oficiais de todas as armas. Oficiais de Infantaria e Cavalaria realizavam apenas os três primeiros anos; os de Artilharia, os cinco primeiros e os de Engenharia, o curso completo. O sexto ano era dedicado à engenharia civil.

Em segundo lugar, o quadro demonstra que um oficial das Forças Armadas brasileiras, em diferentes fases da sua carreira, permanece cerca de nove anos em estabelecimentos de ensino, quase um terço do seu serviço ativo, dedicado exclusivamente ao aprendizado e aperfeiçoamento do seu ofício, receptivo aos ensinamentos que lhe vão ser transmitidos, mas também ao endoutrimento a que vai ser submetido.

### **3 A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Ao longo da primeira metade do século passado, a oficialidade brasileira protagonizou diversas revoltas e motins, de variados matizes ideológicos, os quais vieram a culminar no golpe de 1964. Da leitura de depoimentos de personagens desses recorrentes movimentos, é surpreendente observar como o clima de rebeldia, com frequentes atos de indisciplina, se espalhava com desenvoltura, até mesmo nos estabelecimentos de ensino.

No levante de 1922 contra o presidente Arthur Bernardes, o mesmo que produziu o episódio dos Dezoito do Forte, a Escola Militar de Realengo foi uma das unidades amotinadas. Oficiais e

cadetes conspiraram juntos e juntos iniciaram as manobras de combate. Foram 638 cadetes, dos três anos e das três armas,<sup>2</sup> com raras defecções, nove ao todo, segundo Silva (1971). Esperavam que tropas da Vila Militar aderissem à rebelião, mas estas permaneceram leais ao governo e deram combate aos cadetes, que gradualmente foram desistindo da revolta. Após um rápido inquérito, a quase totalidade do efetivo discente, cerca de 588 cadetes, foi desligada da Escola. Muitos deles somente retornaram às fileiras do Exército anos depois, ao serem anistiados pelo governo.

Quando da eclosão da revolução paulista em 1932, autoridades militares, em dúvida sobre a posição da Escola no conflito, decidiram desarmar o estabelecimento. Segundo relato de Apolônio de Carvalho, então cadete de artilharia do 3º ano, os alunos se sentem ofendidos nos brios e entendem que “o comando do Realengo não respeita seus cadetes, quer desarmar, quer desfigurar o berço, a fonte da oficialidade do exército. E punir-nos como a meninos de colégio” (CARVALHO, 1977, p. 47).

Imediatamente acorrem aos comandos das subunidades de cada arma e apresentam seus pedidos de desligamento coletivo. O comandante da Escola, General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, desce do alto do seu notório pedantismo, e quase em lágrimas, pede aos cadetes que reconsiderem suas atitudes, fala em mal entendido e informa que a ordem de desarmamento já fora revogada.

Episódios inimagináveis três décadas depois.

É possível identificar uma forte relação entre as atitudes questionadoras e o livre ambiente intelectual, propício ao debate político, vivido nos estabelecimentos de ensino militares naqueles tempos.

O general Nelson Werneck Sodré, aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro nos anos 1920 e cadete de Realengo nos anos 1930, relata que sua introdução ao marxismo se deu através de um professor de História do Colégio Militar, o coronel Isnard Dantas Barreto, que criticava com veemência o ensino do colégio, por ele considerado medíocre. Ensinava que o papel de um professor de História era ser revolucionário (ARARIPE, 2006).

---

2 Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

Apolônio de Carvalho aprofunda suas nascentes convicções revolucionárias nas leituras de obras disponíveis na própria biblioteca da Escola Militar, na convivência com colegas cadetes de esquerda (enumera pelo menos cinco) e na admiração por professores, todos militares, entre os quais a simpática figura de um major da cadeira de cálculo diferencial e integral, que aceitava como resposta correta a uma questão matemática, cuja solução era desconhecida pelo cadete, uma dissertação sobre a invasão da Manchúria pelo Japão. A liberalidade intelectual era de tal ordem que Apolônio assume a direção da Revista da Escola Militar com o propósito declarado de lhe dar uma linha socialista (CARVALHO, 1977). Nelson Werneck Sodré veio a suceder Apolônio, mantendo e aprofundando o viés ideológico da publicação.

Tendo ainda Sodré como referência, mas já no curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1944, o currículo do estabelecimento era por ele visto como de muito boa qualidade, incluindo matérias como História do Brasil e Sociologia. Evidentemente a simples inclusão de tais cadeiras não equivaleria à comprovação das virtudes dos seus conteúdos, mas a simples citação elogiosa de Sodré serve de aval ao bom nível do curso. Quando Sodré cursava o terceiro ano da ECEME, assumiu um novo comandante, o general Tristão de Alencar Araripe, que valorizava bastante as atividades culturais e convidou Sodré a participar do quadro de instrutores da escola.

Enfim, foi esse ambiente acadêmico que produziu gerações de oficiais com notáveis diferenças na forma de ver o mundo de então, de entender a questão social brasileira, de se posicionar quanto à defesa dos interesses nacionais e de se empenhar por esses valores.

Na ótica de Cunha e Cabral (2006, p. 87):

A Escola Militar nas décadas de 1920 e 1930 era um palco de debates, discutindo-se ali tendências múltiplas, em meio a um corpo de professores igualmente de múltiplas tendências, de monarquistas a marxistas, como também se apresentava em seu interior a influência do modernismo e até mesmo ideias e reflexões sobre a Revolução Russa.

Certamente outros fatores influíam no posicionamento de cada um, pois vivia-se um mundo politicamente dicotômico, onde a

experiência socialista prosperava em um grande país, capacitando-o a enfrentar e vencer a formidável máquina nazista de guerra. A União Soviética despertava interesse e admiração em parcela significativa dos militares brasileiros enquanto, internamente, ganhava força o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, fruto natural do crescimento da atividade industrial, do proletariado e das camadas sociais médias, que se conscientizavam e se preparavam para influir nos destinos do país. As Forças Armadas, o Exército mais intensamente, ressoavam esses movimentos.

No dizer de Carone (1975), nesse cenário, “os militares são segmentos dinâmicos do processo reivindicatório”, cabendo aqui lembrar que grande parte da oficialidade era recrutada nas camadas médias, onde os jovens enfrentavam sérias dificuldades de obter uma profissão através de cursos universitários. Na avaliação de Carone (1975, p. 19), o papel dos militares nesse processo resulta do fato de o Exército representar organização, no sentido estrito da palavra, “que não é política, mas que pode ser utilizada politicamente, com seus membros permanentemente coesos, hierarquicamente e pela disciplina”.

Todavia, sem a liberal ambientação acadêmica não teria sido possível o surgimento de numerosas personalidades militares tão díspares ideologicamente, mas tão dispostas à ação política e revolucionária.

Assim, foi de tal caldo de cultura que surgiram expressões da nacionalidade algumas já aqui referidas: de um lado, Nelson Werneck Sodré, o intelectual nacionalista, e Apolônio de Carvalho, o engajado herói de dois continentes; de outro, o articulador das sombras e arquiteto da ditadura Golbery do Couto e Silva, conhecido pelos seus contemporâneos como o bruxo, e o beleguim do Estado Novo, Filinto Müller; nacionalistas da estirpe de um general Newton Estillac Leal, pugnaz defensor da Petrobras, ou do marechal do ar Casimiro Montenegro, artífice da criação do Centro Técnico Aeroespacial e da indústria aeronáutica brasileira, em face do entreguismo dos generais Juarez Távora e Canrobert Pereira da Costa e do marechal do ar Eduardo Gomes; dignos patriotas com quem o autor teve a grata oportunidade de conviver, como os brigadeiros Francisco Teixeira, Fortunato Câmara de Oliveira,

Rui Moreira Lima e o coronel Sebastião Dantas Loureiro, diante das lamentáveis figuras de oficiais como os brigadeiros Roberto Hipólito da Costa e Nelson Dias de Souza Mendes, torturadores de sargentos na Base Aérea de Natal, transformada em verdadeiro campo de concentração em 1952, ou o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, brutal personagem de triste passagem pela história brasileira.

O fato é que as escolas militares brasileiras, ao longo da primeira metade do século XX, formaram homens de posturas ideológicas antagônicas, que se entrecrocaram por praticamente todo o período em que estiveram ativos em suas corporações, até o formidável embate final, quando uma corrente se impôs, desfechando contra seus adversários um expurgo jamais visto até então.

A virulência da repressão foi de tal ordem que o livro *Brasil, nunca mais*, da Arquidiocese de São Paulo (1991, p. 117), registra o seguinte:

Uma das constatações significativas feitas nesse estudo é a de que o próprio meio militar figurou como um dos setores sociais mais duramente atingidos pela repressão desfechada após a derrubada de Goulart. De soldados rasos a oficiais gerais, o novo regime promoveu, desde as primeiras horas de abril de 1964, um esforço sistemático para expurgar das corporações militares todos os elementos identificados com o governo deposto e seu projeto nacionalista.

#### **4 A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DURANTE O REGIME MILITAR**

Apresento aqui um depoimento pessoal.

Em abril de 1964, quando foi desfechado o golpe militar, eu cursava o segundo ano da EPCAr, em Barbacena, a apenas 110 km do foco principal da rebelião liderada pelo general Olympio de Mourão Filho, comandante da IV Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora. A Escola entrou em prontidão e tínhamos de permanecer dia e noite armados de um velho fuzil (mosquetão) e participar do reforço da segurança de toda a área física do estabelecimento. Sabíamos muito vagamente que se desenrolava uma revolta militar contra o governo, mas desconhecíamos qual a posição do nosso comandante ou do restante da oficialidade. Era remota a possibilidade de sermos



envolvidos em algum combate, mas se isso viesse a acontecer, certamente os cerca de 350 alunos da EPCAr teriam participado do conflito sem ter a menor ideia sobre o que estava ocorrendo, qual o lado legalista, qual o amotinado e quais as razões da rebelião.

Nesse ano, tivemos uma demonstração dos tempos que passávamos a viver. Em determinada reunião entre o comandante da esquadrilha (cada série do curso recebia essa designação) e toda a turma do segundo ano, cerca de 120 alunos, um colega paulista, o Vanzo, reclamou vivamente da falta de informação sobre os acontecimentos do país. Foi o bastante para ser desligado ao final do ano, sem maiores explicações. Outro colega, filho de um coronel aviador cassado, de nome Caldeira, solicitou desligamento indignado com o tratamento dado ao seu pai.

Em 1965, minha turma seguiu para a Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, situada a poucos quilômetros de Realengo, bairro onde se localizava a antiga Escola Militar. O ambiente pouco se assemelhava ao vivido pelos cadetes nos anos 1920 e 1930. Sem necessidade de sermos alertados pelos oficiais, sabíamos que o debate político era perigoso. Assistíamos pela televisão ao noticiário sobre protestos e passeatas verificadas no país, mas raríssimas vezes comentávamos o tema entre nós.

O acerto desse comportamento logo se confirmou. O comandante da Escola era um brigadeiro de nome Geraldo Labarth Lebre, oriundo da Marinha e componente da chamada linha dura da FAB, isto é, do grupo mais reacionário. Gestor eficiente, Lebre foi o oficial que mais tempo passou na direção da Escola (5 anos e meio, de agosto de 1967 a fevereiro de 1973). Foi também o responsável pela construção da Academia da Força Aérea, em Pirassununga, e pela transferência para lá da escola existente no Campo dos Afonsos. Seu anticomunismo era de tal ordem visceral que certa vez determinou a um cadete que trocasse de nome ou seria desligado da Academia. O cadete Stalin achou mais conveniente cumprir a determinação.

Em 1968, eu cursava o quarto e último ano do curso de formação de oficiais aviadores. Havia no terceiro ano um grêmio de afluídos de cinema. Era uma entidade acadêmica informal, que programava a exibição de filmes, em geral de diretores progressistas, brasileiros e estrangeiros. Após cada projeção, promoviam-se debates muitas vezes com a presença de críticos civis convidados,

o que inevitavelmente levava ao trato de temas políticos. Não era uma atividade clandestina, mas bastou que algum dos espectadores identificasse conotações subversivas nas seções e denunciasse o caso ao comando da Academia para ser aberto um inquérito sumário, que levou à expulsão dos seis cadetes responsáveis pelo grêmio, sem direito a recurso judicial.

Não me foi possível pesquisar a grade curricular da Escola Militar dos anos 1920 e 1930. Mas é possível estabelecer uma comparação entre as grades da Academia da Força Aérea da década de 1960 e a atual, e daí extrair algumas considerações.

A seguir, quadro comparativo entre as grades curriculares da Academia da Força Aérea 1969/2010<sup>3</sup> (Quadro 2).

ÁREA	MATÉRIAS	1969 %	2010 %
Especializadas	Navegação, Meteorologia, Armamento, Comunicações, Suprimento, Medicina de Aviação, Instrução Técnica de Aeronaves	23	14
Ciências Exatas	Matemática, Física, Química	41	18
Línguas	Português, Espanhol e Inglês	23	19
Ciências Humanas	História Militar, Economia, Sociologia, Administração, Psicologia, Direito	13	7
Administração	Contabilidade, <i>Marketing</i> , Auditoria, Planejamento e Controle	0	42
<b>TOTAIS</b>		<b>100</b>	<b>100</b>

**Quadro 2: Grades curriculares da Academia da Força Aérea 1969/2010**

3 Fonte: ano de 1969 – Apontamentos escolares do autor; ano de 2010 – Plano de Unidades Didáticas do Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Não estão incluídos os tempos destinados à instrução aérea, treinamento físico e instrução sobre regulamentos militares.

Verifica-se, de início, o reduzido percentual destinado às chamadas Ciências Humanas (13% em 1969 e 7% em 2010) no sistema de formação de pessoas que vão ter tarefas de comando e liderança, ao chefiar organizações e efetivos, por vezes numerosos, e conviver com diferentes regiões do país e suas populações.

No caso específico da cadeira de História Militar, em 1969 eram destinadas à matéria tão somente 25 horas, ou 1,46% de toda a carga. Em 2010 o número aumentou para 34 horas, o que é pouco significativo. Tanto agora, como há quarenta anos, o conteúdo se prende a estudos sobre as duas guerras mundiais. Nada sobre a formação das forças militares brasileiras e os conflitos armados em nosso país. Aparentemente não se deseja permitir espaço para o debate e a polêmica.

Verifica-se, ainda, uma importante mudança de foco na temática principal. Na década de 1960, 41% da carga horária eram dedicados às Ciências Exatas, compondo um currículo que servia de base para o curso de Engenharia. Hoje, a mesma ênfase, com 42%, é dada para a área de administração de empresas.

Na década de 1960 e seguintes, os cuidados com o endoutrimento eram intensos. Periodicamente, reuniam-se os cadetes para ouvir os boletins do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, o CISA, quando se divulgavam notícias sobre o combate contra a subversão. O processo teve continuidade nos estabelecimentos de ensino que se seguiram.

Lembro-me que quando fazia o estágio de aspirante, na Base Aérea de Natal, em 1969, a unidade recebeu a visita do brigadeiro João Paulo Burnier, então ocupante das funções de chefe do já referido CISA. Em sua raivosa exposição, no auditório da base, o brigadeiro nos informou que o comunismo ainda não fora vencido e era dever de cada um de nós manter-se alerta, vigilante e pronto para denunciar aos órgãos de informações qualquer situação suspeita ou comportamento estranho que observássemos, inclusive entre nossos próprios colegas.

Na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEMAR), o conservadorismo dominava. As análises estratégicas ficavam a cargo dos invariavelmente monótonos professores da Escola Superior de Guerra Terezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos, este general e intimamente ligado ao golpe militar de 64.

Enfim, o regime esmerou-se em implantar um sistema de formação de oficiais que atendesse seus interesses e foi bem-sucedido na tarefa. Foram formadas gerações de militares ideologicamente afinados, incapazes de avaliar criticamente o período ditatorial e os acontecimentos por que passa o país atualmente.

Tomo como emblema de tal afirmação a figura do general Luiz Eduardo Rocha Paiva, que recentemente ganhou destaque na mídia. Rocha Paiva ingressou na AMAN no início da década de 1970. É, pois, um produto acabado e bastante representativo do processo vivenciado por dezenas de gerações de oficiais. Em suas aleivosias e tergiversações, o general não hesita ao negar fatos inquestionáveis ocorridos na ditadura, como os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do deputado Rubens Paiva, a tortura a que foi submetida a presidente Dilma e até mesmo que o país tenha vivido sob ditadura ao longo de vinte e um anos.

Parece-me que Rocha Paiva se encaixa com perfeição na análise do professor Benedict Anderson, da Universidade de Cornell, publicada na revista *Tensões Mundiais*. Escreve o emérito cientista:

Graças à Guerra Fria, as forças armadas brasileiras – como muitos de seus parceiros sul-americanos – foram encorajadas a acreditar que insurreições domésticas armadas estavam sendo conduzidas por pessoas que não eram verdadeiros concidadãos, mas espíões e agentes do “comunismo internacional”. A partir deste cenário, foram adotadas práticas contra concidadãos que eram típicas da polícia, tortura, execuções ilegais, etc., todas elas violando a Convenção de Genebra (ANDERSON, 2011).

Sendo os adversários meros traidores da pátria, não houve e não há limites morais e éticos para combatê-los. Tudo que fosse feito para eliminá-los seria justificável. Até mesmo a negação dos fatos.

Iludem-se os que consideram Rocha Paiva voz isolada ou representativa de parcela reduzida dos militares. Na verdade, o general verbaliza com bastante fluência e sofismas a ampla opinião do oficialato. Tal avaliação decorre não somente dos pronunciamentos dos presidentes dos Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica, em fevereiro de 2012, contra a Comissão da Verdade, criada pelo governo brasileiro, como pelo que é publicado na imprensa ou nos portais mantidos por militares de direita ou deles simpatizantes, como o Grupo Guararapes, o Ternuma (Terrorismo nunca mais)

e o Alerta Total. Em outras palavras, a reação não vem somente daqueles que se mancharam nos crimes da ditadura, mas também dos que se dedicaram às atividades profissionais regulares e nada tiveram a ver com os crimes da repressão, a não ser a omissão.

Essa ação monocórdica tem como contraponto apenas os militares da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), em maioria cassados, e, portanto, não incluídos no universo ora em apreciação, isto é, dos oficiais formados durante a ditadura.

## 5 A FORMAÇÃO ATUAL

São comuns avaliações que atribuem posturas reacionárias apenas aos oficiais de pijamas, expressão pejorativa que designa aqueles que já deixaram o serviço ativo, isentando os da ativa de endossarem as mesmas ideias. Há fortes indicativos de que isso não seja verdadeiro.

Afinal, as gerações formadas no período democrático dos últimos anos passaram pelos mesmos estabelecimentos e pelos mesmos sistemas, que se mantiveram sem mudanças na essência dos seus currículos, como já aqui demonstrado. Além disso, depois de formados, os jovens oficiais foram conviver com os mais antigos e deles receberam experiência e influência. Não há como identificar qualquer quebra de modelo ou alteração de doutrina.

Assim, não deve surpreender o teor do canto de guerra dos soldados do 1º Batalhão de Polícia do Exército, que ainda sobrevive na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, palco de tortura e morte de tantos brasileiros. O jornal *O Globo* publicou os versos cantados pelos recrutas em corrida cadenciada pelas ruas do bairro: “Bate, espanca, quebra os ossos. Bate até morrer”. O instrutor pergunta: “E a cabeça ?” Os soldados respondem: “Arranca a cabeça e joga no mar”. No final o instrutor perguntava: “E quem faz isso?” E os soldados: “É o Esquadrão Caveira!” (FRANCO, 2012). Por trás dessa singular demonstração de espírito combativo, há um oficial formado recentemente no sistema que perdura e resiste em ser alterado.

Mas, aparentemente, o tema não passou totalmente ao largo das preocupações do governo.

Em julho de 2011, nas últimas semanas da gestão de Nelson Jobim no Ministério da Defesa, foi editada a Portaria nº 1.874-A, que constituía um grupo de trabalho interministerial, com o objetivo de analisar os cursos de formação de oficiais da Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea e apresentar propostas de aperfeiçoamento aos currículos dessas instituições militares de ensino superior das Forças Armadas brasileiras.

O grupo de trabalho seria integrado por representantes do próprio Ministério da Defesa, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Conforme a portaria previa, poderiam ser convidados para participar das discussões representantes de outros órgãos e entidades, inclusive especialistas nacionais. O coordenador do grupo, pertencente aos quadros do Ministério da Defesa, teria o prazo de até 120 dias para apresentar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos ao ministro de Estado da Defesa.

A proposta foi mal recebida nos altos escalões militares.

Em agosto de 2011, por desentendimentos com a presidente Dilma Rousseff, Néelson Jobim foi demitido. O grupo de trabalho que vinha atuando em baixa velocidade produziu um relatório final no qual nenhuma mudança foi proposta e nada mais foi feito. Enfim, o processo foi arquivado e o assunto encerrado.

Também nessa matéria, como na questão do julgamento dos criminosos da ditadura, a Argentina serve de modelo para o Brasil. Lá o Ministério da Defesa está em plena fase de implantação de uma profunda reforma dos currículos das escolas militares, o que inclui a adoção de novos conceitos sobre a história argentina, teoria do Estado e direitos humanos. Ademais, as bibliotecas dos estabelecimentos castrenses de ensino passaram a incluir obras de ex-presos políticos e ex-guerrilheiros.

Esse corajoso processo iniciou-se ainda no governo Nestor Kirchner, quando o Ministério da Defesa foi colocado sob o comando da deputada Nilda Garré, em novembro de 2005, e não sofreu solução de continuidade na atual gestão do ministro Arturo Puricelli, no cargo desde dezembro de 2010. A coordenação da reforma está a cargo de uma antropóloga, Sabina Frederic, da Universidade de Quilmes.

Com o objetivo declarado de formar militares com mentalidade democrática e pensamento crítico, a equipe eliminou do currículo todo conteúdo detentor de uma visão favorável ao terrorismo de Estado dos anos 1970 e às políticas neoliberais, a partir do entendimento de que a pobreza intelectual dos militares no passado os impediu de tecer qualquer tipo de reflexão crítica sobre o que acontecia no país. Atualmente, busca-se promover o respeito pelos direitos humanos e a tolerância de ideias diferentes.

Assim, a administração dos Kirchners interferiu na formação de militares como nenhum outro governo civil até agora, no sentido de incutir democracia na mente das novas gerações de profissionais das armas (FIGUEIREDO, 2012).

No Brasil, a *Folha de São Paulo* de 13 de junho de 2010 publicava reportagem denunciando que os livros de História adotados nos Colégios Militares, editados pela Biblioteca do Exército, ensinam que o 31 de março de 1964 foi uma revolução democrática, desencadeada para salvar o país do comunismo e para moralizar a administração pública. Torturas e assassinatos cometidos pelo regime no período são integralmente omitidos (PINHO, 2010). À época, a Associação Nacional de História (ANPUH) divulgou nota repudiando a empulhação.

Poder-se-ia considerar que a preocupação dos chefes militares em manter inalterado o processo de formação de oficiais resulta da avaliação de que, diferentemente do verificado nos anos 1920 e 1930, o atual sistema privilegia a disciplina e a hierarquia em detrimento de uma liberalidade que foi causa de tantos conflitos envolvendo militares, ao longo do século passado. Não há como concordar com tal visão, pois as Forças Armadas brasileiras não têm primado pela disciplina desde a implantação da ditadura.

Abstraindo a indisciplina maior, que foi o motim de 1964, os exemplos de desrespeito a leis, regulamentos e autoridades constituídas se repetem com notável frequência.

Mesmo durante o regime militar, os casos de insubordinação se sucederam, com destaque para a movimentação do ministro da Guerra Sílvio Frota, em outubro 1977, no intuito de levantar a tropa contra o presidente Geisel e assegurar para si a Presidência da República.

Antes, em setembro de 1969, os paraquedistas, desrespeitando ordens superiores, haviam se amotinado e tentado invadir a Base Aérea do Galeão para impedir o embarque para o México de presos políticos trocados pelo embaixador dos EUA, Charles Elbrick, sequestrado dias antes. E certamente as bombas que explodiram na ABI, na OAB, em bancas de jornais e no Rio Centro estão distantes do conceito militar de disciplina e ética.

No início de 2010, em explícita demonstração de indisciplina, o general Maynard Santa Rosa, ainda na ativa, atacou, em pronunciamento público, o decreto presidencial que determinava a demarcação da reserva indígena de Roraima.<sup>4</sup>

Resta, pois, que ainda temos um sistema de formação de oficiais com nuances fascistas e fortemente antidemocrático. Os governos recentes ainda não atentaram para essa condição potencialmente problemática e vão permitindo que esse resíduo da ditadura permaneça incólume.

Esta é apenas uma das questões envolvendo o ensino militar. Há outras que demandam atenção das autoridades governamentais, quais sejam, as redundâncias de currículos dos cursos para oficiais superiores das diferentes forças, o que representa desperdício de recursos humanos e financeiros da nação. São casos em que quatro estabelecimentos, ESG, EGN, ECEME e ECEMAR, mantêm estruturas caras para ministrar cursos com elevados percentuais de matérias comuns.<sup>5</sup>

Enfim, é de lamentar que a iniciativa do ministro Jobim não tenha prosperado, por resistência dos próprios militares em serviço no Ministério da Defesa. O país e os próprios militares teriam muito a lucrar com um estudo sério e competente, capaz de apontar mazelas e determinar correções em sua área de ensino.

Cabe lembrar uma vez mais o sempre atual Sodré (1965, p. 408), ao afirmar:

---

4 Portaria nº 534/2005, editada pelo Ministro da Justiça e homologada pelo Presidente da República através de decreto sem número, em abril de 2005.

5 Segundo estudo feito pela professora Maria José Machado de Almeida, 54,9%, 62,9% e 74,3% dos assuntos ministrados nos cursos de política e estratégia respectivamente da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão contidos nos cursos da ESG (ALMEIDA, 1998, p. 17).



É na medida em que as Forças Armadas assegurem as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda e qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. M. Harmonização curricular para os cursos de Política e Estratégia das Forças Armadas. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, n. 12, 1998.
- AMARANTE, J. C. A. O engenheiro militar na colônia. In: DOMINGOS NETO, M. (Org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- ANDERSON, B. Os militares e a nação. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 6, n. 12, jan./jun. 2011.
- ARARIPE, L. de A. Militares e democracia. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. **Nelson Werneck Sodré – entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP (FEU), 2006.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil, nunca mais**. São Paulo: Vozes, 1991.
- CARONE, E. **O tenentismo**. São Paulo: DIFEL, 1975.
- CARVALHO, A. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.
- CUNHA, P.; CABRAL, F. **Nelson Werneck Sodré – entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP (FEU), 2006.
- FIGUEIREDO, J. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 2012.
- FRANCO, I. Coluna Panorama Político. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de julho de 2012.
- PINHO, Â. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de junho de 2010.
- SILVA, H. **1922 – sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.